

# política



**Repórter Brasília**  
**Edgar Lisboa**

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Proteção permanente

O deputado federal gaúcho Omar Terra (PL, foto) comemorou a aprovação, na comissão especial da Câmara, da PEC que inclui a proteção integral à primeira infância (0 a 6 anos) na Constituição. Autor do Marco Legal da Primeira Infância, que completa dez anos em 2026, Terra afirma que a mudança impede a descontinuidade das políticas públicas a cada troca de governo. “Se quisermos mudar a humanidade, temos que começar do começo, cuidando do desenvolvimento cerebral das crianças”, defende. A proposta segue para votação em dois turnos no plenário da Câmara e depois será analisada pelo Senado.



KAYO MAGALHÃES/CAM. DOS DEPUTADOS/INFORMAÇÃO/JC

## TRF-4 valida cotas trans

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a validade da política de cotas para pessoas trans na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), restabelecendo resolução anulada em primeira instância. A decisão atende recurso do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, e é considerado o primeiro julgamento definitivo sobre o tema em um tribunal brasileiro. Para o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Enrico Rodrigues de Freitas, o entendimento consolida um importante precedente jurídico.

## Igualdade de oportunidades

Ao manter a política afirmativa, o TRF-4 afastou o argumento de prejuízo ao mérito acadêmico. Os desembargadores destacaram que a desigualdade enfrentada pela população trans no acesso à educação justifica ações compensatórias. Ressaltaram ainda que, após o ingresso, os estudantes são submetidos às mesmas avaliações e exigências acadêmicas dos demais universitários.

## TSE rebate declarações

As declarações do senador Flávio Bolsonaro (PL) sobre as urnas eletrônicas voltaram a provocar reação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nos bastidores da Corte, a avaliação é de que as afirmações reproduzem informações falsas já desmentidas oficialmente desde as eleições de 2018. Flávio afirmou que equipamentos de uma empresa venezuelana denunciada pelos EUA teriam sido utilizados nas eleições brasileiras.

## Versão já desmentida

O TSE reafirma que a empresa Smartmatic jamais forneceu urnas eletrônicas ao Brasil. Segundo nota oficial, a empresa atuou apenas no transporte de equipamentos lacrados em algumas localidades, sem participação na fabricação, programação ou apuração dos votos.

## Jornada divide especialistas

O debate sobre a redução da jornada voltou a expor posições opostas. O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, criticou as mudanças por emenda constitucional e defendeu que eventuais alterações ocorram por negociação coletiva. Segundo ele, a baixa produtividade brasileira, a necessidade de investimentos em educação e os impactos sobre micro e pequenas empresas exigem cautela para evitar aumento da informalidade e dos custos da economia.

## Produtividade em debate

Em sentido contrário, o professor José Dari Krein, do Cesit/Unicamp, afirmou que o País reúne condições para reduzir a jornada e superar a escala 6x1. Ele lembrou que previsões semelhantes de prejuízo econômico foram feitas na Constituição de 1988, quando a carga semanal caiu de 48 horas para 44 horas. Para o pesquisador, a produtividade cresceu desde então e a valorização do trabalho deve voltar ao centro da agenda.

# TRE firma compromisso de combate à desinformação

Corte eleitoral destacou desafio de fiscalização do uso de IA



**Amanda Schultz**

amandas@jcrs.com.br

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) oficializou, na segunda-feira, o “Compromisso pela Democracia e Integridade para as Eleições Gerais de 2026”. O documento foi assinado durante cerimônia no Plenário do Tribunal e reuniu representantes da Justiça Eleitoral, do Ministério Público Eleitoral, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul (OAB-RS) e de partidos políticos.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer a confiança pública no processo eleitoral. O documento destaca temas como o enfrentamento à desinformação, o repúdio ao assédio eleitoral nos ambientes de trabalho, o uso legal e ético da inteligência artificial (IA) nas campanhas, a correta destinação dos recursos públicos às candidaturas femininas, de pessoas pretas e pardas e de povos indígenas, além do combate à violência política.

Assinaram o compromisso a presidente do TRE-RS, desembargadora Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez; o vice-presidente e corregedor regional

eleitoral, desembargador Antônio Maria Rodrigues; o procurador regional eleitoral, Cláudio Dutra Fontella; a secretária-geral adjunta da OAB-RS, Regina Pereira Soares; e a diretora-geral do TRE-RS, Ana Gabriela Veiga. Também participaram do ato representantes do PSDB, PSB, PT, PSD, PDT, MDB, PL e PCdoB.

Durante a cerimônia, a presidente do TRE-RS ressaltou que as eleições de 2026 serão marcadas por novos desafios, especialmente diante da inteligência artificial. “As eleições de 2026 apresentam desafios inéditos. A inteligência artificial amplia as possibilidades de comunicação política, mas carrega consigo uma responsabilidade proporcional ao seu poder.” Segundo a magistrada, a inovação tec-

nológica deve contribuir para o fortalecimento da democracia, seguindo princípios éticos e transparentes.

Além disso, a presidente destacou a importância de reunir diferentes representantes. “A democracia exige compromisso de todos aqueles que participam da vida pública, pois nenhuma eleição é construída apenas pela Justiça Eleitoral”, afirma.

O secretário judiciário do TRE-RS, Rogério da Silva de Vargas, reforçou o compromisso do órgão com o cumprimento da legislação eleitoral. “Por meio deste termo queremos assegurar que as eleições gerais de 2026 se desenvolvam com liberdade, integridade, segurança e absoluto respeito à vontade soberana do eleitorado.”

RENATA SIMMI/DIVULGAÇÃO TRE-RS/JC



Instituições e partidos políticos assinaram documento na sede do tribunal

# Kassio prepara novo modelo de registro de pesquisas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, prepara um novo modelo de registro para pesquisas eleitorais, em que os institutos terão de preencher um formulário para detalhar, entre outras informações, o perfil dos eleitores que pretendem entrevistar.

Um dos itens em avaliação é a exigência de que as empresas informem previamente os bairros em que a pesquisa ocorrerá - uma iniciativa que, de acordo com especialistas ouvidos pela reportagem, pode dar margem para interferências indevidas e manipulação de resultados.

A medida é mais um capítulo de uma investida de Kassio para de-

terminar regras para pesquisas eleitorais, após uma decisão que censurou um levantamento da Atlas/Bloomberg e a proposta de um “selo de acurácia” para os institutos que publicarem pesquisas com resultados próximos ao apurado nas urnas. As duas iniciativas foram alvos de críticas de empresas e especialistas.

O presidente do TSE tem sinalizado a interlocutores que considere o protocolo atual de registro de pesquisas genérico, pois, embora os institutos sejam obrigados a prestar uma série de dados sobre a metodologia da pesquisa e o perfil das amostras, não há uma sistematização dessas informações.

Nessas conversas, Kassio avalia que o processo poderia ser mais

transparente, para oferecer acesso a esses dados à população, aos partidos políticos e às campanhas que eventualmente desejem questionar na Justiça um determinado levantamento. O ministro pretende que sejam apresentadas as principais informações de cada pesquisa em uma plataforma no site do TSE, com um “layout” que evidencie cada uma delas, facilitando a consulta pelos candidatos e pelo eleitorado.

Nas discussões com sua equipe, o presidente do TSE tem dito que o formulário que será disponibilizado aos institutos é uma iniciativa simples de aperfeiçoamento e que não haverá nenhuma interferência do tribunal no mérito das pesquisas, exceto em casos de judicialização.